Artigo 15.º

1 — O queixoso e os órgãos, agentes ou serviços a que a queixa se refere devem ter a oportunidade de explicação, por escrito, sobre a matéria da queixa.

2 — O Provedor pode decidir sobre a audição conjunta ou separada das partes envolvidas.

3 — Quando considere necessário para a obtenção de conclusões, o Provedor pode solicitar a participação de terceiros e os seus comentários escritos ou orais.

Artigo 16.º

1 — Os órgãos, serviços e agentes devem, no prazo de dez dias úteis após a receção de um pedido de informações e esclarecimentos, informar o Provedor sobre as ações e diligências realizadas e ainda em que fase se encontra o procedimento.

2 — O mesmo prazo é extensivo quanto aos pedidos de esclarecimento efetuados sobre a realização de correções às ilegalidades e injustiças subjacentes às recomendações feitas.

3 — Se o órgão, serviço ou agente ou o membro da Faculdade notificado considerar ter razões para não concretizar uma recomendação, deve de tal circunstância informar o Provedor, por escrito, fundamentando a sua decisão, a qual deverá constar do relatório de atividades deste.

4 — Se as recomendações não forem atendidas, bem como sempre que o Provedor não obtiver a colaboração devida, deve suscitar a intervenção do órgão hierarquicamente superior competente ou, sendo caso disso, do Diretor.

Artigo 17.º

O presente regulamento entra em vigor à data da sua publicação na Página da Faculdade.

311305083

UNIVERSIDADE LUSÍADA

Aviso n.º 6214/2018

Considerando que o Conselho de Administração da Agência de Avaliação e de Acreditação do Ensino Superior, no âmbito do processo de Avaliação Externa n.º ACEF/1415/20997, em reunião de 9 de janeiro de 2018, aceitou as alterações ao ciclo de estudos conducente à atribuição do Grau de Mestre em Musicoterapia, ministrado pela Universidade Lusíada, ciclo de estudos cujo plano de estudos foi autorizado através do Despacho do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, de 28 de outubro de 2008, e que foi publicado pela Universidade Lusíada, através do Aviso n.º 3965/2009, de 20 de janeiro de 2009, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 21, de 30 de janeiro de 2009.

Considerando que as referidas alterações foram objeto de registo na Direção-Geral do Ensino Superior, em 20 de abril de 2018, com o n.º R/A-Ef 2960/2011/AL01;

Considerando o disposto no n.º 8 do Despacho n.º 5941/2016, de 22 de abril de 2016, publicado no *Diário da República* n.º 86, de 4 de maio de 2016, e no artigo 76.º-B do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 63/2016, de 7 de agosto;

Determino a publicação do plano de estudos do ciclo de estudos conducente à atribuição do Grau de Mestre em Musicoterapia ministrado pela Universidade Lusíada, com as alterações que lhe foram introduzidas e aprovadas nos termos enunciados.

27 de abril de 2018. — O Reitor da Universidade Lusíada, *Professor Doutor Afonso Filipe Pereira de Oliveira Martins*.

ANEXO

- 1 — Estabelecimento de ensino: Universidade Lusíada
- 2 — Unidade orgânica: Não aplicável
- 3 — Grau ou diploma: Mestre
- 4 — Ciclo de estudos: Musicoterapia
- 5 — Área científica predominante: Musicoterapia
- 6 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência de créditos, necessário à obtenção do grau ou diploma: 120
- 7 — Duração normal do ciclo de estudos: 4 Semestres
- 8 — Opções, ramos, ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o ciclo de estudos se estrutura: Não aplicável
- 9 — Estrutura curricular:

QUADRO N.º 1

Áreas científicas	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Opcionais
Musicoterapia	MUST	82,5	
Psicologia Aplicada	PSICA	15	
Música e Musicologia	MUSIC	15	
Metodologias da Investigação	MI	7,5	
<i>Subtotal</i>		120	
<i>Total</i>		120	

10 — Observações:

11 — Plano de estudos:

Universidade Lusíada

Ciclo de estudos em Musicoterapia

Grau de mestre

1.º Ano

QUADRO N.º 2

Unidade curricular (1)	Área científica (2)	Organização do ano curricular (3)	Horas de trabalho								Créditos (6)	Observações (7)	
			Total (4)	Contacto (5)						O			
				T	TP	PL	TC	S	E				OT
Fundamentos da Musicoterapia	PSICA	Semestral . . .	188		30						20	7,5	
Musicoterapia Aplicada	MUST	Semestral . . .	188		30						20	7,5	
Cultura e Repertório em Musicoterapia	MUSIC	Semestral . . .	125		20						15	5	
Temas Avançados em Musicoterapia . . .	MUST	Semestral . . .	188		30						20	7,5	
Musicoterapia Didática	MUST	Semestral . . .	188		30						20	7,5	
Metodologias de Intervenção	PSICA	Semestral . . .	188		30						20	7,5	
Improvisação em Musicoterapia	MUSIC	Semestral . . .	125		20						15	5	
Investigação em Musicoterapia	MI	Semestral . . .	188		30						20	7,5	
Opção I	MUSIC	Semestral . . .	63		10						5	2,5	a)
Opção II	MUSIC	Semestral . . .	63		10						5	2,5	a)

a) A definir anualmente pelo órgão legal e estatutariamente competente.

2.º Ano

QUADRO N.º 3

Unidade curricular (1)	Área científica (2)	Organização do ano curricular (3)	Horas de trabalho							Créditos (6)	Observações (7)			
			Total (4)	Contacto (5)										
				T	TP	PL	TC	S	E			OT	O	
Seminário de Estágio/Relatório de Estágio	MUST	Anual	1520								30		60	a)
Investigação/Dissertação de Mestrado . . .	MUST	Anual	1520								30		60	a)

a) Para obter o grau, o estudante deve concluir com aproveitamento uma das duas unidades curriculares do 2.º ano do ciclo de estudos.

311309522

UNIVERSIDADE DA MADEIRA

Aviso (extrato) n.º 6215/2018

Por despacho do Reitor da Universidade da Madeira, Professor Doutor José Manuel Cunha Leal Molarinho Carmo, datado de 04/04/2018, foi autorizada a denúncia do contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo do Mestre Athanasios Vourvopoulos, como Assistente Convitado, na Faculdade de Ciências Exatas e da Engenharias, na Universidade da Madeira, com efeitos a 01 de maio de 2018. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

18 de abril de 2018. — O Reitor, *Professor Doutor José Carmo*.
311308015

Aviso (extrato) n.º 6216/2018

Por despacho do Reitor da Universidade da Madeira, Professor Doutor José Manuel Cunha Leal Molarinho Carmo, datado de 09/04/2018, foi autorizada a denúncia do contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo do Doutor Nuno António do Nascimento Correia, como Professor Auxiliar Convitado, na Faculdade de Ciências Exatas e da Engenharias, na Universidade da Madeira, com efeitos a 01 de junho de 2018.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

18 de abril de 2018. — O Reitor, *Professor Doutor José Carmo*.
311307976

Edital n.º 470/2018

Faz-se saber que por Despacho Reitoral n.º 93/R/2018, de 27 de abril de 2018, do Reitor da Universidade da Madeira, e pelo prazo de trinta dias úteis, contados do dia imediato àquele em que o presente Edital for publicado no *Diário da República*, se abre concurso documental para preenchimento de uma vaga de Professor Auxiliar na Área Disciplinar de Design, com ênfase em Semântica do Produto, da Faculdade de Artes e Humanidades, nos termos dos artigos 37.º a 51.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 205/2009 de 31 de agosto, e mais legislação em vigor, e de acordo com o Regulamento de Recrutamento, Seleção e Contratação de Pessoal Docente da Universidade da Madeira, Regulamento n.º 268/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 122, de 27 de junho de 2014.

O presente concurso será inscrito (registado) na BEP (Bolsa de Emprego Público), no prazo de dois dias úteis, após a publicação no *Diário da República*, nos termos do Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de abril.

O despacho conjunto n.º 373/2000, de 31 de março, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Ministra para a Igualdade, determina a obrigatoriedade de nos concursos de ingresso e acesso se proceder à seguinte menção: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação».

I — Requisitos de admissão:

1 — Em conformidade com o disposto no artigo 41.º do ECDU — Decreto-Lei n.º 205/2009 de 31 de agosto, poderão apresentar-se ao concurso, os detentores do grau de Doutor em Design.

1.1 — Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeiro, o mesmo tem de ser reconhecido em Portugal, nos termos previstos na legislação para o efeito aplicável.

2 — Os candidatos deverão reunir os requisitos gerais para provimento em funções públicas previstos na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, designadamente:

- a) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- b) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;
- c) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

II — Perfil para o qual se abre a vaga: A vaga é aberta para o perfil padrão ‘M’ — perfil Misto de docência, investigação e serviço, de acordo com a sua caracterização consignada nos Regulamentos de Serviço dos Docentes da Universidade da Madeira, e de Recrutamento, Seleção e Contratação de Pessoal Docente da Universidade da Madeira.

III — Instrução do Requerimento de Admissão:

1 — De acordo com ECDU, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 205/2009 de 31 de agosto, e em consonância com o Regulamento de Recrutamento, Seleção e Contratação de Pessoal Docente da Universidade da Madeira, a documentação a entregar, juntamente com o requerimento de admissão ao concurso, deve conter obrigatoriamente a seguinte informação:

- a) *Curriculum vitae* atualizado com as atividades relevantes para a missão da Universidade que o candidato haja desenvolvido, as atividades pedagógicas anteriores mais relevantes para a apreciação das capacidades nesse domínio e o desempenho científico, incluindo a lista completa das suas publicações e ou portefólio, com destaque para as publicações que se selecionem como mais representativas, nomeadamente no que respeita ao desenvolvimento da área disciplinar do concurso;
- b) Documento comprovativo do grau exigido no ponto I do Edital e, caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeiro, comprovativo do reconhecimento do mesmo, em Portugal;
- c) Nomes e contactos de dois referentes, um dos quais deverá representar a última ou a atual entidade empregadora ou supervisora, quando aplicável;
- d) Documento em que declare, sob compromisso de honra, disponibilidade para assumir funções em permanência na Região Autónoma da Madeira;
- e) Um endereço de correio eletrónico para receção de comunicações por parte da Universidade;
- f) Declaração do candidato, sob compromisso de honra, de que preenche os requisitos mencionados no n.º 2 do Ponto I. Os documentos comprovativos das situações declaradas deverão ser entregues pelo candidato que preencher o lugar posto a concurso.

2 — Um candidato que não seja de nacionalidade portuguesa ou de um país cuja língua oficial seja o português, deverá, ainda, entregar uma declaração, sob compromisso de honra, de que, se não dominar a língua portuguesa e for selecionado no concurso, se compromete a adquirir, no prazo de um ano após a assinatura do contrato, um nível de conhecimento de língua portuguesa (escrito e falado) que permita a atribuição de serviço docente, sem quaisquer limitações de comunicação nesta língua.

IV — Do requerimento de admissão deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, estado civil, filiação, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade ou documento idóneo legalmente reconhecido para o efeito, termo da respetiva validade e serviço emissor, residência, código postal e telefone);
- b) Habilitações académicas;
- c) Categoria, área disciplinar a que pertence, tempo de serviço como docente universitário e universidade a que pertence, se aplicável;